

Congresso estuda fim de dois salários extras

O Senado e a Câmara querem iniciar seus trabalhos no dia 15 com uma medida de impacto: o fim dos 14º e 15º salários dos parlamentares.

O movimento pela reabilitação do nome do Congresso foi iniciado ontem pelos presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (MDB-AP), e pelos líderes do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), e do PSDB, José Aníbal (SP).

A intenção é revogar o artigo do projeto de decreto legislativo que concedeu mais dois salários para os parlamentares, sob o disfarce de ajuda de custo. O 13º permaneceria.

O Congresso pode adotar outra solução: eliminar o 13º salário e limitar a ajuda de custo a 55% dos vencimentos, como era feito anteriormente. Isso dá aos parlamentares 13,1 salários.

Cobrança — O deputado Inocêncio Oliveira disse que vem recebendo muitas cobranças. Ele e outros parlamentares.

“Conversei também com o líder do PSDB, José Aníbal, e ele afirmou que não suporta mais tanta cobrança”, disse Inocêncio.

José Aníbal disse ontem que, se houver vontade política do Congresso, os dois vencimentos extras serão revogados.

Os presidentes da Câmara e do Senado, Luís Eduardo e José Sarney, e os líderes do PFL e do PSDB, Inocêncio Oliveira e José Aníbal, vão conversar com os demais líderes de partidos e pedir a eles que convençam suas bancadas da necessidade da medida.

Não será tão fácil. Ontem, o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) dizia que a medida é “inconstitucional”.

Eraldo Peres



Sarney: está disposto a conversar

Popularidade — E criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso, que estaria, com a proposta de redução do próprio salário, recorrendo a um expediente pouco recomendável para recuperar a popularidade perdida.

Ele lembrou que o aumento foi acertado entre os três poderes, com a concordância do presidente da República. “O presidente não pode procurar o caminho fácil só porque sua popularidade caiu nas pesquisas”, frisou.

O deputado Ubiratã Aguiar (PSDB-CE) questiona a constitucionalidade da medida e diz que ela poderá abrir um precedente perigoso. “Se abrirmos a possibilidade de reduzir os vencimentos estaremos abrindo também uma brecha para aumentá-los”, argumentou.